



Conselho Estadual de Saúde

Ata da 249ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde da Bahia (CES/BA)

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito no Auditório J.J. Calmon de Passos - Ministério Público – Sede Nazaré, com as presenças dos senhores membros do Conselho Estadual da Saúde: Ricardo Luiz Dias Mendonça, Cássio André Garcia, Raul Moreira Molina Barrios, Doraides Alves Nunes Almeida Souza, Luis Delfino Mota Lopes, Márcio Costa de Souza, Paulo Sérgio Pereira Costa, Edson Moraes de Oliveira, Célia Maria Alexandria de Oliveira, Marleide Castro dos Santos, Silvio Roberto dos Anjos e Silva, Waldir Cerqueira dos Santos, Valdete Francisca da Silva, Eliane Araújo Simões, Maria da Conceição Sanches Passidomo, Maria Ângela da Mata Santos, Moysés Longuinho Toniolo de Souza, Rosa Beatriz Graça Marinho, Lourani Maria Carneiro dos Santos, José Vasconcelos de Freitas, Francisco José Souza e Silva, João da Cruz de Souza Santos, Lázaro Ribeiro de Souza, Maria Luiza Costa Câmera, Eduardo de Agueda Nunes Calliga, Maria Helena Machado Santa Cecília, Maria Helena Ramos Belos, Vera Lúcia Gonçalves de Jesus, Lilian Fátima Barbosa Marinho, Gislene Villas Boas Torres, José Silvino Gonçalves dos Santos, Marcos Antônio Almeida Sampaio, Rubiraci Santos de Almeida. Às 09h33 o Senhor Presidente informou que faltava um Conselheiro para completar o quórum e a reunião estava com atraso de 01h30min, colocou como proposta iniciar os informes e assim que completasse o quórum iniciava a reunião, proposta foi aprovada pelos Conselheiros presentes. O Senhor Presidente franqueou a palavra aos Senhores Conselheiros para fazerem as comunicações de suas entidades. **O Conselheiro Marcio Costa de Souza** informou que uma proposta apresentada no Conselho pelo Senhor Cristiano Sostér - Diretor da Diretoria de Atenção à Saúde foi utilizada pela Comissão de Educação Permanente, a ferramenta Telessaúde, e como não dava para realizar oficinas nos municípios a Comissão de Educação Permanente se reuniu com os Conselheiros do Conselho Municipal de Alcobaca pela ferramenta Telessaúde, para tirar algumas dúvidas com relação ao relatório de gestão. Propôs a criação de um calendário para fazer as discussões permanentes e ficou de apresentar no que ocorrer um plano de trabalho. Mencionou que a Conselheira Marleide Santos e o Presidente Ricardo Mendonça participaram da reunião, e salientou que a ferramenta aproximará o Conselho Estadual de Saúde dos Conselhos Municipais e as demandas serão respondidas com rapidez. **A Conselheira Maria Helena Santa Cicília** informou que em dezembro de 2017, a APALBA realizou a eleição para mudança de alguns diretores da Associação e que no dia 11/01/2018, aconteceu a sua primeira reunião com as pessoas vivendo com deficiência para discutir a participação no Fórum Social que acontecerá no período de 13 a 17 de março de 2018, em Salvador. **O Senhor Presidente** informou que o quórum estava completo, iniciando a ducentésima quadragésima nona reunião ordinária do Conselho Estadual de Saúde e colocou para apreciação dos Conselheiros a ata da 239ª Reunião Ordinária do CES, que foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros presentes. Em seguida franqueou a palavra aos Senhores Conselheiros para fazerem as comunicações de suas entidades. **O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos** informou que acontecerá em março de 2018 o Fórum Social Mundial em Salvador com a presença de membros de todos os países. A entidade que representa no Conselho, o Centro Afro de Promoção e Defesa da Vida Padre Eziquiel - CAPDEVER participará da construção do Fórum e colocará uma tenda nos dias de realização. Comunicou que esteve no Município de Ilhéus com os Conselheiros Marcos Sampaio e Silvio Roberto representando a Comissão de Acompanhamento aos Municípios, e que viveram momentos tensos, precisando realizar mais de dez reuniões, porque a situação no Conselho Municipal está muito difícil. Saiu do Município com um compromisso, e o coordenador da comissão, o Conselheiro Marcos Sampaio informará, porque após escutar a todos, a Comissão viu que não tem a possibilidade de dar um encaminhamento para uma solução, mesmo com a presença do Ministério Público e outros atores. Informou que as populações encarceradas com certa idade não têm a oportunidade de realizar os exames necessários, como o exame de Toque Retal, podendo agravar muito a saúde dessas pessoas. Mencionou que um senhor foi detectado com próstata e precisava fazer o exame com urgência há mais de três meses

51 esperando, dentro de uma população de quase vinte mil pessoas privadas de liberdade na Bahia; um teve
52 acesso, e este tem três meses esperando para realizar o exame, imagine o restante que não teve acesso
53 para denunciar a situação que se encontra dentro do sistema prisional. Informou que o grupo condutor
54 tinha dois meses sem se reunir e solicitou ao presidente que solicitasse a agenda de reuniões. O
55 **Conselheiro José Vasconcelos de Freitas** informou que entregou ao Presidente documentos que recebeu
56 de algumas Prefeituras solicitando a Renal Bahia e a Secretária da Saúde para palestrarem devido ao
57 crescimento das doenças renais. Entregou também ao Presidente um documento da empresa Fresenius
58 Medical Care, fornecedora de medicamento para pacientes renais crônicos, principalmente os que usam
59 diálise peritoneal, que tomasse as devidas providências, porque centenas de pacientes estão recebendo
60 medicamentos no qual a Secretaria de Saúde da Santa Casa de Misericórdia de Itabuna não paga desde
61 2016. O documento foi encaminhado para Renal Bahia, defensora dos pacientes renais, para que as
62 devidas providências, pela possível suspensão dos medicamentos que custarão à vida dos pacientes
63 renais. Reuniu-se na SESAB com a Dra. Alcina Boulhosa, que entrou em contato com a Secretaria de
64 Itabuna e ficou de resolver o mais rápido possível, para os pacientes não ficarem sem o medicamento, o
65 que seria um risco para os pacientes em diálise peritoneal. A **Conselheira Eliane Araújo Simões**
66 solicitou pautar no CES sobre a Terceirização dos Serviços Públicos no Estado da Bahia, porque as
67 empresas então desrespeitando e desvalorizando os trabalhadores da saúde no Estado da Bahia. O
68 diálogo com a SESAB, Gestão e Governador precisa acontecer. Relatou que em setembro de 2017,
69 quando iniciou o seminário só esteve presente o Dr. Luiz de Guimarães; o Ministério do Trabalho e
70 Defensoria não participaram, e o Ministério Público justificou a sua ausência. Os trabalhadores da
71 Saúde estão vivendo com os salários atrasados, décimo terceiro e férias sem receber, sem o
72 recolhimento do FGTS e INSS, além das péssimas condições de trabalho, sofrendo assédio moral,
73 obrigados a assinar recibo do que não recebeu, com a média do Plantão de 10h e dando 12 à 13h. Os
74 trabalhadores precisam ser respeitados e valorizados. Quando escutou o Conselheiro José Vasconcelos
75 falar da falta de exame e assistência à saúde se lembrou de algo muito sério, é que está faltando à
76 atenção e respeito às pessoas que produzem a saúde dentro do nosso Estado. No momento de
77 negociações em que todos os Sindicatos da Saúde estavam na luta, inclusive foram na governadoria no
78 dia 23/01, aonde chegaram 8h e às 11h foram recebidos, aconteceu um diálogo difícil com a presença de
79 uma intermediação que era, na verdade, um catalisador, que na realidade não funciona. Precisava de
80 transparência no diálogo e respeito a essas intervenções da presença dos agentes que são os sindicatos
81 para que as mudanças aconteçam. A **Conselheira Marleide Castro dos Santos** comungou com a fala da
82 Conselheira Eliane Simões quanto à terceirização e disse que são dez Sindicatos na área da saúde
83 lutando há mais de três anos, pois eles começaram a fazer OS e essas OS não entraram na lei anticallote
84 e só conseguiu descobrir em uma reunião. Comunicou que os dez Sindicatos têm uma mesa de
85 negociação permanente com a SESAB/FESBa/DG, e no dia 24/01 aconteceu uma reunião sobre a pró-
86 saúde que gerencia o hospital Alayde Costa, que encontra-se em uma situação precarizada, ruim para o
87 trabalhador, e pior para o usuário que precisa da assistência. O Sindicato comunga com os trabalhadores
88 para realização de concurso público, porque são mais de dez terceirizadas na mesma situação e que
89 realizou no ano de 2017 no Ministério Público do Trabalho doze audiências. A SESAB provou que faz
90 os repasses, mas não sabe se às terceirizadas fazem a sua parte. Lá doutora Rita perguntou para onde o
91 dinheiro vai, porque não recolhem o FGTS, INSS, décimo, férias e os representantes das terceirizadas
92 ficaram calados, porque são filantrópicas e particulares, isenta de imposto e os trabalhadores e usuários
93 que sofrem; a solução é a realização de concurso público, porque a saúde não pode ser precarizada e o
94 usuário e o trabalhador não podem ser penalizados. O **Conselheiro Raul Molina Barrios** justificou que
95 não esteve presente nas últimas duas reuniões por problemas pessoais, e informou que a reunião que
96 tratou da saúde mental, três dias antes esteve com o Conselheiro Eduardo Calliga no Seminário, onde
97 colocou seu posicionamento de forma específica da Bahia. Mencionou que o colegiado do Conselho
98 Nacional de Secretários Municipais de Saúde - CONASEMS define em consenso; não adianta o Estado
99 ser contra e o CONASEMS realizar um consenso de forma diferente. Na Política Nacional de Atenção
100 Básica - PNAB os Conselheiros viram o posicionamento do Estado, inclusive falou que enquanto
101 dirigente não se sentiu contemplado. Enquanto instituição não pode negar que o CONASEMS está
102 ligado ao Ministério da Saúde. Chamou a atenção que os problemas de Glaucoma na Bahia é uma coisa
103 especificamente contra o Estado da Bahia e provocou uma desassistência terrivelmente. A unificação
104 dos blocos de financiamento foi outro golpe porque há oito anos não recebeu o dinheiro do PAB, pois
105 colocaram como regime de caixa. Lembrou que em 2016 exigiram para poder encerrar o ano que o

106 Ministério pagasse dezembro no mês de dezembro, porque os novos Prefeitos quando assumem não
107 pagam o que o outro deixou. Pagaram 70% e deixaram para pagar os 30% depois. Quando pagaram os
108 30% em janeiro, consideraram como se fosse o primeiro pagamento correspondente ao mês de janeiro.
109 Comunicou que recebeu no dia 17 de janeiro de 2018 o dinheiro para pagar os plantões do mês de
110 dezembro de 2017; mais um calote que o governo estava dando. Com relação à terceirização precisa-se
111 usar o mecanismo de acompanhamento dos contratos das terceirizadas, como é possível exigirem que os
112 gestores públicos apresentem todas às vezes, às certidões e não exigem das empresas que apresentem as
113 suas certidões com INSS e fundo de garantia. Simplesmente as empresas pegam um parcelamento,
114 pagam uma prestação, ficam com positivo com efeito negativo. Precisamos entrar, senão vai acontecer o
115 tempo todo. Salientou que a Fundação Estatal de Saúde da Família estava fazendo a mesma coisa,
116 recebendo cento e cinquenta milhões; tem cento e quarenta e nove para pagar e quinze milhões
117 negociados. Elaborou um considerando informando que, desta forma não iria avaliar as situações porque
118 feria os trabalhadores. **O Conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza** informou que o 7º Encontro
119 Estadual de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS no Estado da Bahia está marcado para os dias 03 a 05 de
120 abril de 2018. Comunicou que solicitará à SESAB informações sobre todos os eventos que aconteceram
121 no ano de 2016/2017, porque o projeto do 7º Encontro, há 02 anos seguidos foi embargado de última
122 hora para o evento não ser executado, enquanto outros eventos no Estado da Bahia no âmbito IST/AIDS
123 acontecem. Solicitou que o CES indicasse Conselheiros para participarem do 7º Encontro, porque se
124 tivesse acontecido no ano de 2016 não teria nenhum Conselheiro participando, e em 2017 aconteceu à
125 mesma coisa; encaminhou um documento informando que o evento aconteceria, abriu vagas e nenhum
126 Conselheiro realizou as suas inscrições. Espera que em 2018, se o evento realmente acontecer que os
127 Conselheiros participem. Reforçou a fala da Conselheira Eliane Simões com relação à terceirização,
128 pois de fato precisa tratar imediatamente desse assunto, porque no CEPRED em 2017 demitiram 50%
129 dos terceirizados sumariamente e a carga de trabalho de quem ficou dobrou. Com relação à colocação
130 do Conselheiro Raul Molina gostaria de discutir sobre os novos blocos de financiamentos, porque
131 gostaria que o COSEMS tivesse um posicionamento claro com relação ao CONASEMS que está aliado
132 ao Ministério da Saúde, aprovando tudo na CIST. Sabe que a SESAB tem se posicionado contra o
133 Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS, mas mesmo assim estão dando golpe na saúde e
134 é preciso mudar essa situação. **A Conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira** informou que em 2017
135 representou o Sindicato da Previdência a Saúde da Assistência Social e que em 2018 irá radicalizar nas
136 ações políticas em defesa da previdência do SUS. Salientou que os informes anteriores com relação à
137 terceirização não eram nada mais que a privatização da saúde pública de forma absurda, e os
138 movimentos precisavam se contrapor claramente. Comunicou que no dia 24 de janeiro o SINDPREV
139 esteve nas ruas em defesa dos aposentados e dos idosos, e estava permanentemente na defesa da
140 previdência social que estava seriamente ameaçada. É necessário radicalizar nas ações, porque não da
141 para ficar somente nas denúncias de ações conservadoras porque o Estado não pode ser desmontado da
142 maneira que está sendo. Comunicou que no dia 24/01 assistiu o mais ilustre Presidente do país ser
143 mandado para a prisão, um verdadeiro absurdo. A história é implacável com aqueles que traem os
144 anseios dos povos que estão sendo tratados sem o menor respeito; não é para ter medo porque o jogo
145 não acabou; a história é dinâmica e as derrotas e vitórias sempre têm o caráter provisório. Se os
146 movimentos forem fortes vão mudar essa história e não vão permitir que a democracia desse país, seja
147 violada. No dia 24/01 assistiu a votação das pessoas mandando o ex-presidente Lula para a cadeia, e
148 defendendo vigorosamente seu papel constitucional, fazendo uma verdadeira apologia à constituição. A
149 constituição está sendo rompida no país de forma vergonhosa e os senhores enquanto representantes e
150 defensores dessa constituição, não vêm a público fazer a defesa do Estado democrático de direito. Todos
151 precisam estar saudáveis porque 2018 será um ano de acirramento e de luta. **A Conselheira Lilian**
152 **Fátima Barbosa Marinho** concordou com as falas dos Conselheiros que a antecedeu. Referente à prisão
153 do ex-presidente Lula informou que no dia 24/01/2018, menos de trinta militantes políticos estiveram no
154 Largo da Mariquita no enfretamento com Movimento Brasil Livre (MBL). É preciso parar para pensar
155 para quem fazer os nossos discursos, porque a luta política é nas ruas. Registrou que a Polícia Militar do
156 Estado da Bahia se excedeu ao bater e jogar gás de pimenta nos companheiros militantes e ao levar um
157 companheiro especial e ainda o espancar. Retornou para sua residência 3h da manhã porque
158 acompanhou o rapaz na central de flagrante e depois foi para o IML para realizar exame de corpo de
159 delito. Estavam manifestando e a polícia estava protegendo os branquinhos do MBL, e sentou a pancada
160 nos militantes; então precisava repolitizar as opressões cotidianas da nossa cidade em qualquer espaço.

161 Percebeu que houve uma ação do governo quando estava na central de flagrante e chegou uma major
162 querendo saber quais foram os excessos. Existem excessos nas institucionalidades que precisam ser
163 contidos, e só podem ser contidos com os povos nas ruas e não nos discursos nas salas. Disse ter ficado
164 indignada porque gostaria de ter visto mais companheiros nas ruas. Mencionou que aconteceu um júri
165 popular em frente ao Campo da Pólvora e tinha menos de trezentas pessoas e no enfrentamento contra o
166 MBL só trinta militantes. A direita não pode ocupar as ruas, eles sabem que o Rio Vermelho é um lugar
167 onde os vermelhos se encontram e vão para provocar e a polícia se coloca ao seu lado. Informou que no
168 dia 08 de março será a atividade que vai abrir o Fórum Social Mundial e convocou todas as mulheres e
169 todos os homens para construir o dia 08 de março melhor e mais forte que o ano passado, inclusive
170 existe uma página no Facebook onde os Conselheiros podem pesquisar. Aconteceram seis reuniões e a
171 sétima acontecerá na segunda-feira, dia 29/01, e gostaria de contar com as mulheres e os homens para
172 fazer um movimento forte. Quanto ao calendário de reunião do CES de 2018 solicitou à Mesa Diretora
173 que a reunião do Conselho do mês de março não fosse dia 08, e na nova data que a reunião for
174 agendada, que uma mulher presida a mesa, porque está cansada de fazer políticas em diversos espaços,
175 mas em geral quem comanda são os homens. **O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio**
176 informou que esteve no Município de Ilhéus e dois Conselhos se reconheciam como Conselho de Saúde.
177 Existe um conflito muito grande dos movimentos sociais, por conta das discussões dos processos.
178 Depois de dias de reuniões no município e de discussões com os dois Conselhos, a grande dúvida era a
179 impugnação no processo. Colocou-se para contribuir avaliando o que a comissão eleitoral fez, com o
180 consenso da maioria que estava presente, ficando de retornar ao município para chegar a uma solução.
181 Entregou ao Presidente as atas das reuniões em Ilhéus que contou com a presença do Ministério Público.
182 Mencionou que muitos Conselheiros falam de democracia e do momento que estamos vivendo, porém
183 precisamos parar de tomar susto com os momentos duros que estamos vivendo, porque coisas piores
184 virão. Informou que um Líder do Movimento sem Terra foi assassinado com tiro na cabeça, e outros
185 militantes do movimento social correrão risco de vida e vão sumir. A história de luta pela liberdade é
186 um processo duro e longo. A Conselheira Lilian Marinho está correta; é preciso ir além dos discursos. O
187 bloco de financiamento foi posto e só vamos conseguir romper se fizermos algo radical no nosso país. É
188 preciso buscar o Conselho Nacional que ficou de reunir os Conselhos Estaduais para saber das ações. O
189 julgamento do Presidente Lula no dia 24/01, só iria parar se o movimento social quebrasse tudo, como
190 não aconteceu; o julgamento aconteceu em uma instituição, e o resultado foi o esperado. Salientou que,
191 enquanto instituição o Conselho precisa radicalizar nas suas ações; o glaucoma que será discutido foi
192 portaria pactuada entre os Secretários do Brasil. A Bahia não discordou das possibilidades, utilizou
193 inclusive o direito de reivindicar e ser contrário, mas teve que pactuar por ter que cuidar daqueles que
194 precisam utilizar os recursos. O Conselho e as instituições precisam tomar uma ação radical, buscar
195 judicializar algumas questões que não são resolvidas com as resoluções do CES. Se fizerem uma análise
196 das resoluções que foram aprovadas no Conselho e as coisas que não foram colocadas em práticas, virão
197 que foram aprovadas resoluções de questões que não são levadas em consideração. Enfatizou que em
198 um momento oportuno gostaria de discutir o glaucoma, porém defendeu que precisava discutir a
199 radicalidade do processo. **O Conselheiro Waldir Cerqueira dos Santos** informou que foi noticiada na
200 empresa local a greve no Hospital Alayde Costa, e a partir do momento que foi deflagrada a greve,
201 conheceu a bola de neve que são as empresas terceirizadas. Mencionou que o número de trabalhadores
202 que estavam no Hospital Alayde Costa durante a paralisação, era superior ao que determina a lei e dava
203 para cuidar de todos os pacientes, e por parte dos trabalhadores não corria nenhum risco de acontecer
204 nenhum imprevisto por conta da greve. A posição do SindiSaúde e do Sindicato dos Enfermeiros foi
205 manter os trabalhadores em serviços e que a greve ocorresse por parte dos sindicatos normalmente. O
206 que foi apresentado para o encerramento do movimento grevista estava muito longe de chegar a uma
207 solução, a não ser que a SESAB tomasse uma providência. A greve estava acontecendo no Alayde Costa
208 e estava previsto para acontecer também na Maternidade do Pau Miúdo. Os trabalhadores estavam
209 paralisados, porque as situações eram críticas. A empresa Pro-saúde não tem condição nenhuma de
210 administrar. A unidade estava com a folha de pagamento em torno de R\$ 751.000,00 (setecentos e
211 cinquenta e um mil), e o repasse da fatura da empresa estava em torno de R\$ 798.000,00 (setecentos e
212 noventa e oito mil), para medicação e alimentação. Era à hora dos trabalhadores pararem e solicitar a
213 SESAB que assumisse a responsabilidade e dar um basta nesta situação. Estava para inaugurar uma área
214 no Hospital Alayde Costa de nefrologia com trinta e cinco leitos de hemodiálise e a empresa Pro-saúde
215 estava pensando em administrar a nefrologia dessa unidade. Reforçou a fala da Conselheira Eliane

216 Simões, quanto à necessidade de realizar um debate no Conselho sobre as empresas terceirizadas. O
217 Secretário da Saúde deve fazer parte desse debate para dar um encaminhamento e uma solução às
218 terceirizações dos serviços públicos na Bahia. **A Conselheira Maria Luiza Costa Câmara** informou ao
219 Conselheiro Waldir Cerqueira que essa história de que a autoridade não fala com o povo já acabou há
220 muito tempo. Citou ser um exemplo de militância há trinta e sete anos, lutando pelas causas das pessoas
221 com deficiências, que vai à governadoria e as secretarias, têm os telefones de todos e exigem ousar,
222 porque tem que ouvir o clamor e as necessidades do povo. Quanto à questão do Glaucoma informou que
223 já tinha se reunido com a Associação Baiana de Cego e discutiu sobre a situação dos colírios e as
224 cirurgias. Registrou que estava com setenta e três anos e só pararia de militar quando fosse embora ou
225 faltasse saúde. Informou que o bloco de carnaval “Me Deixa a Vontade”, composto por pessoas com
226 deficiência é inédito no país e foi aprovado pelo Governador, no dia 24/01/2018. É preciso ter coragem,
227 porque as pessoas famosas têm maior facilidade. Surpreendeu-se com as exigências das documentações,
228 como o documento chamado “compras net” que precisou passar o dia todo na SEFAZ para poder tirar.
229 Precisamos exigir e mostrar que estamos muito corretos. Convidou a todos para participarem do bloco e
230 informou que, a Capitã Ana Paula que faz a ronda Maria na Penha fará uma fala na faculdade no
231 Politeama. Solicitou licença para se ausentar porque iria participar da mesa às 11h. Socializou uma
232 denúncia do Hospital do Subúrbio, onde um funcionário do Vitória Marina Hotel tomou dois tiros no
233 bairro de Paripe ao voltar de um aniversário e ficou paraplégico; teve alta do hospital com dois dias
234 ainda muito debilitado, não foi operado no hospital do Subúrbio e o Hospital não tinha neurologista,
235 portanto entrou com um processo no Ministério Público e conseguiu uma vaga no Hospital Sarah depois
236 de muita luta; só que o paciente não tinha um relatório médico, pois ninguém sabia qual foi o médico
237 que o atendeu. Foi ao hospital e conseguiu o relatório médico, porque enquanto houver vida haverá um
238 motivo para lutar. **O Conselheiro Eduardo de Agueda Nunes Calliga** informou que no dia 25/01/2018 se
239 comemora em todo o país a revolta dos búzios, revolta dos maleses, revolta da resistência. E no dia
240 24/01/2018, mesmo com pouca participação, realizou uma resistência em frente ao fórum e em seguida
241 foi até o Rio vermelho por tudo que vem acontecendo neste país. Comunicou que no dia 19/12/2017 foi
242 apresentado e após aprovado no pleno CES o Plano Estadual da Desinstitucionalização. Após a
243 aprovação informou que estava vencendo uma batalha, porém a guerra continuaria porque precisava
244 pressionar a Secretária Municipal de Saúde, pois são os responsáveis pela administração de uma
245 quantidade maior de CAPS. A Rede de Atenção Psicossocial – RAPS precisa se fortalecer; a AMEA
246 retomou os seus trabalhos de 2018, articulando a marcação de um encontro com o Secretário Municipal
247 de Saúde José Antônio Rodrigues Alves que informou que não iria receber a loucura no seu gabinete. O
248 Conselho deveria encaminhar um documento solicitando ao Ministério Público que o Secretário receba
249 a saúde mental em seu gabinete; são três anos de enganação e três anos de enrolação. Não vai aceitar
250 que em 2018 o Secretário não receba a saúde mental, porque a gestão da Saúde mental é do município; a
251 desinstitucionalização estava para acontecer de fato. O Conselheiro José Silvino trouxe a situação da
252 saúde das pessoas privadas de liberdade; um caos total, não só a nível clínico, mas em nível de saúde
253 mental. Salientou que assim que buscarem a desinstitucionalização adentrasse os Hospitais de Custódia
254 e Tratamento da Bahia (HCT), porque há pessoas de 15 a 20 anos que não fazem uma avaliação. Precisa
255 criar uma comissão para ir aos HCT e às unidades prisionais. Tem acompanhado um pouco através da
256 rede, mas precisa sair da lógica da teoria, para lógica da prática e verificar a saúde das pessoas
257 aprisionadas. Sobre o Fórum Social Mundial que acontecerá nos dias 13 a 18 de março de 2018,
258 participará de duas reuniões e até o final da reunião informará sobre as questões das inscrições e
259 redução da taxa. **O Conselheiro Cássio André Garcia** informou que será a primeira vez que o Fórum
260 Social Mundial será realizado no Estado da Bahia, nos dias 13 a 18 de março de 2018 e que a
261 programação ainda não está definida; um evento simbólico no Estado da Bahia, que tem um governo
262 dos trabalhadores, um governo democrático. O evento terá limitações financeiras e pela primeira vez
263 não terá a ajuda do Governo Federal, mas precisará do apoio e solidariedade de todos. Concordou com a
264 proposta da Conselheira Lilian Marinho em não realizar a reunião do Conselho no dia 08 de março e
265 que será interessante incluir na programação do Fórum uma reunião do Controle Social do CES para
266 engrandecer o Conselho. Quando em uma conversa com Conselheiro Waldir Cerqueira que falou sobre
267 o Hospital Alayde Costa, informou que estava tendo reuniões frequentes com todos os sindicatos,
268 discutindo e abordando os problemas. Na reunião do dia 24/01 não foi diferente. Colocou os prestadores
269 junto com os sindicatos e um prestador informou que a culpa não era da SESAB, que a culpa era dos
270 prestadores pela má gestão que tinha realizado e a SESAB estava fazendo o possível para manter a

271 unidade funcionando e dar condições de funcionamento à gestão. A defesa foi feita pelos prestadores
272 quando o Conselheiro Waldir Cerqueira colocou a situação. Na sequência eles colocaram sobre o
273 possível fechamento da unidade e isso pode acontecer e a SESAB foi bem clara com relação à situação.
274 Solicitou uma pauta no Conselho para discutir o Fórum Social Mundial porque estão estimadas cento e
275 cinquenta mil pessoas e mobilizará toda cidade; precisará do envolvimento dos Conselheiros para
276 realizar um evento com condições de discutir com profundidade o momento que estamos vivendo. O
277 **Conselheiro Luiz Delfino Mota Lopes** salientou que a maioria das falas foi com relação às terceirizadas,
278 portanto solicitou um ponto de pauta para discutir especificamente este assunto para deixar as coisas
279 bem claras. Como disse o Conselheiro Raul Molina à terceirizada chega, paga uma parcela e depois fica
280 devendo FGTS e INSS. Questionou como o Conselho pode agir para que isso não venha acontecer. O
281 **Senhor Presidente** informou que tinha três solicitações de pauta importantes: a primeira para discutir a
282 Portaria 3992, que se refere à lei complementar 141 de 2017, e o conselho precisa se debruçar porque
283 afeta a forma de elaboração do RAG, Plano Anual de Saúde e LDO e dar aos Conselheiros várias
284 responsabilidades. A segunda sobre a terceirização e o conselho precisava ser propositivo com relação à
285 terceirização, com a fiscalização e o encaminhamento de uma proposta. A terceira solicitação de pauta
286 foi do Conselheiro Cássio Garcia referente ao Fórum Social Mundial. Informou que participou de uma
287 agenda com o Presidente do Conselho Nacional de Saúde, que convidou o Conselho Estadual e solicitou
288 uma pauta com o Secretário Fábio Villas-Boas. Teve uma reunião que o Conselheiro Eduardo Calliga
289 participou com o Instituto de Saúde Coletiva - ISC e a Reitoria da Universidade Federal da Bahia, no
290 dia 19/01. Comunicou que o Presidente do Conselho Nacional de Saúde Ronald informou que
291 acontecerá uma reunião dia 07 de fevereiro, com os vinte e sete Presidentes dos Conselhos Estaduais de
292 Saúde e alguns Conselhos Municipais de Saúde para discutir o Fórum Social Mundial. Comunicou que
293 a tenda do Conselho Nacional de Saúde será junto à do Conselho de Direitos Humanos na Universidade
294 Federal, onde terão várias pautas e a Conselheira Eliane Simões informou que uma das pautas será a
295 tecnologia na área da saúde e o próprio Presidente do CNS antecipou algumas pessoas que estarão
296 presentes. Ressaltou que colocaria tudo no o que ocorrer para o Conselheiro Eduardo Calliga fazer
297 alguns informes e também fará outros informes, porque tem participado de algumas reuniões. Com
298 relação à alteração da data da reunião terão que ser feitos alguns ajustes no mês de fevereiro, março e
299 abril, porque no dia 08 de março é dia Internacional das Mulheres, nos dias 13 a 18 será o Fórum Social
300 Mundial e antes terão vários eventos preparativos e políticos que o controle social vai precisar se
301 envolver. No dia 12 todos os partidos de esquerda estarão na Assembleia discutindo a questão da
302 política democrática do país e a eleição 2018. O Conselheiro Rosalvo Junior informou também sobre o
303 Fórum da Água que será logo depois do Fórum Social, e estava fazendo uma agenda de ajuste. A mesa
304 colocará no que ocorrer o dia para discutir essas três pautas, que precisam ser discutidas com a maior
305 brevidade possível. Comunicou que o Secretário Executivo do CES, Arão Capinam estava de férias e a
306 Servidora Poliana Teixeira Cruz estava o substituindo e fará as Comunicações da Secretaria Estadual de
307 Saúde da Bahia e leitura das resoluções da CIB. **A senhora Poliana Teixeira Cruz** realizou a leitura das
308 Comunicações da Secretaria Estadual de Saúde da Bahia Cumprindo a Portaria/GM nº 1074 de
309 29/05/2008, que aprova o Manual de Cooperação Técnica e Financeira por meio de Convênios, no seu
310 capítulo 5, item 5.3, comunico a este Conselho, que solicitaremos ao Ministério da Saúde a Prorrogação
311 da Vigência do Convênio Federal nº 4594/05 que tem como objeto Ampliação, ampliação e reforma do
312 HGE – Hospital Geral do Estado, HGESF – Hospital Geral Ernesto Simões Filho, HJBC – Hospital
313 João Batista Caribé, HSJ – Hospital São Jorge, HGMF – Hospital Geral Menando de Farias, aquisição
314 de equipamento e material permanente do HGE – Hospital Geral do Estado, HSJ – Hospital São Jorge,
315 HGMF – Hospital Geral Menandro de Farias, HJBC – Hospital João Batista Caribé, no valor de R\$
316 10.395.235,25 (Dez milhões trezentos e noventa e cinco mil e duzentos e trinta e cinco reais e vinte e
317 cinco centavos), enviado em 15/01/2018. A Comissão Intergestores Bipartite da Bahia – CIB apresenta
318 as seguintes resoluções aprovadas no seu âmbito para conhecimento deste Conselho Estadual de Saúde
319 – CES. As resoluções foram enviadas na íntegra para o e-mail dos (as) senhores (as) conselheiros (as),
320 para conhecimento, enviadas em 15/01/2018 **RESOLUÇÃO CIB Nº 267/2017** - Aprova os Projetos de
321 Transporte Sanitário dos municípios: Ibipeba e Santo Estevão. **RESOLUÇÃO CIB Nº 268/2017** -
322 Aprova *ad referendum* a implantação da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h, porte II, no
323 município de Ilhéus. **RESOLUÇÃO CIB Nº 269/2017** - Aprova as Propostas nºs 05816.630/000177-18,
324 05816.630/000177-24, das Emendas Parlamentares nº 71060002, 34870010 e 30610008 para aquisição
325 de equipamentos e materiais permanentes para implantação da Policlínica Regional nos municípios de

326 Barreiras, Juazeiro, Paulo Afonso e Vitória da Conquista. **RESOLUÇÃO CIB Nº 270/2017** - Aprova
327 *ad referendum* a emissão de parecer favorável ao credenciamento de Centro de Atenção Psicossocial –
328 CAPS, nos Municípios de Coribe e Cairu. **RESOLUÇÃO CIB Nº 271/2017** - Aprova Proposta nº
329 11748562000/1170-25, Emenda Parlamentar nº 27510011, para Aquisição de Equipamento e Material
330 Permanente para implantação de unidade hospitalar no município de Presidente Jânio Quadros.
331 **RESOLUÇÃO CIB Nº 272/2017** - Aprova *ad referendum* a emissão de parecer favorável ao
332 credenciamento de Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, no Município de Guaratinga.
333 **RESOLUÇÃO CIB Nº 273/2017** - Aprova *ad referendum* a solicitação ao Ministério da Saúde
334 aumento do limite financeiro federal de média e alta complexidade (MAC) para o município de Luís
335 Eduardo. **RESOLUÇÃO CIB Nº 274/2017** - Aprova *ad referendum* o remanejamento do Teto de
336 Terapia Renal Substitutiva – TRS do Estado da Bahia e Municípios, a partir da Competência de
337 dezembro/2017. **O Senhor Presidente** franqueou a palavra aos Senhores Conselheiros. **O Conselheiro**
338 **Moysés Longuinho Toniolo de Souza** solicitou a revisão e adequação na agenda das reuniões do CES
339 2018, em virtude do choque da maioria das reuniões com a agenda das reuniões do CNS 2018. O CNS
340 mudou as suas reuniões de quinta e sexta para quarta e quinta, mudando toda lógica de trabalho e a
341 partir de fevereiro as reuniões vão começar a chocar impossibilitando a sua participação nas reuniões do
342 CES 2018. Todavia só participará de três reuniões do CES em 2018. **O Senhor Presidente** informou que
343 faz parte do zap dos Presidentes dos Conselhos Estaduais e que há uma solicitação de mudança e na
344 reunião do dia 07 de fevereiro vai discutir, porque estava mexendo com todos os Estados, pois tem
345 Conselheiros nacionais que são Conselheiros Estaduais e Municipais. **O Conselheiro Marcos Antonio**
346 **Almeida Sampaio** informou que esteve presente na reunião da CIB e sentiu falta dos Conselheiros que
347 acompanham às reuniões da CIB; esses Conselheiros têm o direito à voz na CIB para questionar a
348 discussão ou até mesmo sugerir. Citou que esteve com o Presidente na reunião da CIB para a discussão
349 do Glaucoma e sugeriu outro encaminhamento; então é importante que os Conselheiros que fazem parte
350 da Comissão de Acompanhamento à CIB participem das reuniões. Propôs que um Conselheiro da
351 Comissão de Acompanhamento às Reuniões da CIB, que participou da reunião, no pleno do Conselho,
352 informasse sobre o processo de votação, se houve algum questionamento para ciência do que está
353 acontecendo. Quanto à resolução da CIB Nº 268/2017, que trata da UPA de Ilhéus, acha que o Conselho
354 Estadual precisa promover uma discussão regional em Ilhéus para discutir a rede que está sendo
355 estabelecida, pois junto os Conselheiros José Silvino e Silvio Roberto foram testemunhas do conflito em
356 Ilhéus, do que é competência do Estado e o que compete ao município. Foi uma discussão muito grande
357 da população a respeito dos equipamentos regionais, pois o Hospital do Cacau e o Hospital Luiz Viana
358 vão virar Hospital da Criança, e a população não tem nenhuma informação. O Hospital do Cacau
359 começa a ser uma ferrai sem gasolina. É preciso discutir a rede regional, e o município apresentar sua
360 atenção básica e a sua estrutura do município, e assim o Estado possa se posicionar. É preciso chamar os
361 Conselhos Municipais da região para fomentar essa discussão para contribuir com a saúde em Ilhéus. **O**
362 **Senhor Presidente** informou ao Conselheiro Marcos Sampaio que irá colocar como pauta emergencial
363 por saber dos problemas que estavam acontecendo no Município de Ilhéus. Registrou as presenças da
364 Superintendente de Vigilância e Promoção da Saúde - SUVISA, Dra. Rívia Barros, da Conselheira do
365 Conselho Municipal de Saúde Salvador - Izolda Cardoso, da Sra. Carolina Ourrico - Doutoranda sobre
366 Políticas Públicas Sociais - Coordenadora do Instituto de Saúde Coletiva e do Promotor Dr. Tiago
367 Campos. Comunicou que todos foram pegos de surpresa no dia 28 de dezembro com a Portaria do
368 Ministério da Saúde, modificando a Política de Glaucoma. Salientou que não passou por discussão no
369 CNS e a alteração afetou a política e o financiamento, trazendo um impacto muito grande ao Estado da
370 Bahia, em virtude da sua população negra, onde a incidência de glaucoma é muito grande. Relatou que
371 teve informações que alguns municípios estão suspendendo os atendimentos de novos portadores de
372 glaucoma. Prosseguindo convidou a Superintendente Dra. Ana Paula para fazer apresentação
373 salientando que era uma pauta deliberativa para os Conselheiros se posicionarem e comunicou que a
374 apresentação foi encaminhada aos senhores Conselheiros por e-mail. **A Senhora Ana Paula** apresentou a
375 Política Estadual sobre o Glaucoma. Prosseguindo a discussão o **Senhor Presidente** a convidou para
376 compor a mesa e solicitou ao Conselheiro Raul Molina que se posicionasse, porque seria importante
377 para a discussão, e após franqueava a fala aos Conselheiros. **O Conselheiro Raul Molina Molina Barrios**
378 informou que era membro da CIB, representando os 417 municípios, e lá solicitou esclarecimento sobre
379 a pactuação e qual foi o processo, para os Conselheiros se posicionarem. Referendou a colocação da
380 senhora Ana Paula com relação ao posicionamento do Ministério, que informou que alguns Estados da

381 Federação tinham mais pacientes que moradores da cidade e que isso é um problema de auditoria e de
382 fiscalização do próprio Ministério. Quando coloca a Bahia na história, concorda com a colocação da
383 Dra. Ana Paula; quem está fazendo coisas erradas que se retirem e não provoquem desassistências. Não
384 é verdade que todos os pacientes continuam sendo assistidos; alguns municípios que são prestadores
385 encaminharam cartas para outros municípios informando que não vão atender, e tem pessoas que não
386 estão recebendo colírio e há municípios grandes envolvidos. Alguns municípios estavam se
387 beneficiando de alguma forma, com verba do Ministério da Saúde, e foi visto na apresentação.
388 Colocaram para aprovação o aumento de teto MAC para alguns municípios; são negociações feitas no
389 Ministério da Saúde e quando chega à CIB é para conhecimento que tal município conseguiu tanto, não
390 pode ser contra. Achava que deveria conseguir para todos e não para alguns. Em dezembro após a
391 publicação da primeira portaria trouxeram para pactuação e a CIB não aprovou, porque a política do
392 Ministério não foi aprovada, e era uma resolução que não passou por todas as instâncias e não estava
393 valendo até o momento. Quando Ana Paula apresentou na CIB o que estava sendo locado para os
394 municípios, disse que não iria colocar sua digital para referendar ao que o Ministério da Saúde estava
395 fazendo. Depois de muitas discussões, inclusive a palavra foi utilizada pelo Presidente do CES e o
396 Conselheiro Marcos Sampaio, que concordaram plenamente com a posição tomada. No fim, chegou a
397 um consenso autorizando aos municípios a utilizarem os recursos que já estavam lá, e recomendou para
398 a reunião da CIB de dezembro não aprovar o que o Ministério colocou. Não existe Resolução de
399 aprovação da política apresentada pelo Estado da Bahia, contrariando do que foi pactuado pelo
400 CONASEMS e CONASS. Foi apresentado recurso de R\$ cinquenta e nove milhões, que passou para R\$
401 trinta e nove milhões e virou R\$ vinte e dois milhões, dos quais R\$ treze milhões estão no município de
402 Salvador, e o Estado da Bahia não é só o município de Salvador. Quando solicitou que colocasse no teto
403 MAC, solicitou para todos os municípios, pois não podem tratar os municípios de forma deferente. Há
404 pessoas dentro da base aliada que tem um posicionamento em um lugar e em outro lugar tem outro
405 posicionamento. O Conselho institucionalmente era uma coisa, mas enquanto representação das casas
406 sociais, precisa ter uma agenda política diferente para colocar os posicionamentos, pois não adianta ter
407 aprovado a política de saúde mental para o Estado da Bahia que não vale, e foi aprovada de forma
408 conjunta com Estado da Bahia, construída inclusive, com todos os espaços que poderia ter sido feito. O
409 encaminhamento dado foi que entrasse na justiça e judicializasse. O Ministério da Saúde, não tem
410 porque ficar passando a mão pela cabeça; todos os municípios e Conselhos têm que garantir a
411 acessibilidade dos pacientes. O CONASEMS é conivente, não está dizendo que o COSEMS/Ba é
412 contra; está botando o conjunto na história e está sendo levado como todo mundo está, por não ser desse
413 jeito que está fazendo o protesto, sendo a favor que entre na justiça. Não adianta ficar fazendo reuniões
414 com o Ministério Público se o próprio Ministério não judicializar essa situação; não adianta ter
415 aprovado uma política de saúde mental em que o Ministério Público garantiu a reabertura dos
416 manicômios. É preciso solicitar ao Ministério Público que se posicione claramente a respeito da
417 situação, se está a favor da população ou se vai fazer o jogo de cintura. Encaminhou que, além de
418 referendar o que não foi aprovado, se entenda que deve judicializar essa situação, para assim poder
419 garantir. No dia 24/01 o Ministro disse em uma reunião ampliada no CONASEMS que abriria o GT do
420 glaucoma, porém o GT não vai assegurar; o que vai assegurar é colocar na justiça. Apesar do grande
421 esforço da Presidente do COSEMS/Ba. para o Ministro se manifestar na reunião ampliada, a única coisa
422 que o Ministro fez foi garantir a abertura da discussão do GT, e não revogou a portaria que precisava.
423 Encerrou, em nome do COSEMS /Ba. solicitando apoio não só da SESAB, mas também do CES/Ba. **O**
424 **Senhor Presidente** informou que foi franqueada a fala ao Conselheiro representante do COSEMS para
425 esclarecer alguns fatos importantes e que foi questionamento a não participação do COSEMS nas
426 últimas reuniões do CES, por isso foi aberta a fala não respeitando os três minutos para o Conselheiro
427 explicar o que aconteceu. **A Conselheira Lilian Fátima Barbosa Marinho** colocou que o plenário não foi
428 esclarecido sobre o tempo de fala do Conselheiro, era natural como integrante do pleno se manifestar
429 querendo saber qual era tempo de fala. Reivindicou porque não era a primeira vez que se manifesta e o
430 Presidente sempre que está em uma posição de destaque debate com gesto, bocas e exige respeito.
431 Informou que não irá tolerar mais essa situação e se manifestou com o direito que tinha e o Presidente
432 na posição que estava ocupando deveria ter mais cuidado; se tivesse esclarecido no início sobre o tempo
433 a manifestação não teria acontecido. **O senhor Presidente** informou que entendia e acatava a
434 manifestação da Conselheira Lilian Marinho com relação ao tempo, salientando que escutou a
435 Conselheira e gostaria que ela o escutasse, porque às vezes quando está falando a Conselheira se coloca.

436 Exigiu o respeito da Conselheira para não ficar na divergência de quem estava certo ou errado,
437 precisava do processo educativo de ambas às partes. Está registrado em áudio; só não falou do tempo,
438 mas solicitou que deixasse o Conselheiro esclarecer porque seria importante para discussão e estava
439 preocupado com as falas de alguns Conselheiros e, sobre o que foi discutido na última reunião no
440 Ministério Público. Informou que no final faria alguns informes do que foi conversado na reunião. **O**
441 **Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio**, por questão de ordem, enfatizou que se não fossem
442 tolerantes e respeitosos irão ficar pedindo o respeito que não dão aos outros; é preciso dar o respeito que
443 deseja. Salientou que a questão de ordem era com relação ao formato da discussão e disse que esteve em
444 uma reunião no Ministério Público e que esteve na CIB acompanhando à discussão. Seria impossível
445 falar em três minutos o que aconteceu nas duas reuniões e emitir uma opinião da leitura que fez para
446 encaminhamento. Às vezes divide as comissões, delegam às demandas, os Conselheiros acompanham as
447 discussões de forma autônoma, e quando chega ao pleno para relatar o que aconteceu, é como tivesse
448 emitido uma opinião ou posicionamento. Tem que fazer o relato em três minutos, caso ultrapasse é um
449 escândalo. É preciso discutir o formato de discussão para estabelecer um tempo para os Conselheiros
450 realizarem os informes dos relatos. **O Conselheiro Francisco José Souza e Silva** enfatizou que a pauta do
451 Conselho foi definida e encaminhada para todos os Conselheiros e se houvessem falas para além, da fala
452 regimental que é de três minutos, deveria ser informado na pauta que, além da senhora Ana Paula o
453 Conselheiro Raul Molina teria o tempo de fala. O tempo de fala é regimental, portanto precisa ter
454 cuidado porque o Conselho tem um regimento e os próprios Conselheiros precisam cumprir esse
455 regimento e o pedido de fala de qualquer Conselheiro na reunião é de três minutos. Se o Conselheiro
456 tem um relato a fazer, que na pauta se indique a fala excepcional do Conselheiro ou de qualquer
457 convidado que seja. É preciso tratar o Conselho da forma que o regimento pede, porque temos ouvido e
458 visto muita gente falar de falta de democracia e do golpe, e na prática esquece que estamos em uma
459 situação que, efetivamente precisa praticar para depois exigir do outro a prática que não esta
460 acontecendo. Para a **Conselheira Eliane Araujo Simões** após a apresentação da Senhora Ana Paula e a
461 fala do Conselheiro Raul Molina, o caminho será a judicialização, porque a lógica assistencial da
462 atenção especializada do glaucoma precisa ser mudada. Salientou que é sempre procurada por pacientes
463 com glaucoma, porque latanoprost, colírio de terceira linha utilizado por paciente em estado avançado
464 está em falta há mais de um ano; então é preciso judicializar, pois não tem mais o que conversar. **O**
465 **Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos** informou que era usuário dos medicamentos de
466 glaucoma e estava preocupado com os usuários, principalmente a população negra que tem um índice
467 maior de glaucoma. A maioria da população negra no Brasil e na Bahia está desassistida na questão do
468 glaucoma e em outras situações de saúde. Quando se fala em justiça, lembrou que ajudou a construir o
469 Ministério Público Estadual, Federal, Defensoria e outras instâncias de controle deste país; uma
470 conquista dos movimentos sociais, porém estava vendo essas instituições que ajudou a construir com a
471 perspectiva de garantir os direitos do povo, se voltando para o direito de quem está no poder, deixando
472 de defender o povo para defender governo que está no poder. Exemplificou que, dentro das cadeias do
473 Brasil tem quatrocentos mil pessoas privadas de liberdade por acusação; as pessoas não foram julgadas
474 para comprovar que realmente cometeram o crime. As intuições criadas se voltaram contra o povo,
475 principalmente os das periferias, o povo mais simples, os negros, as mulheres desses espaços. Ao vir os
476 Conselheiros Raul Molina e Eliane Simões com tanto entusiasmos, querendo procurar a justiça, essa
477 justiça miserável que só atende os interesses de quem está no poder. **A Conselheira Lilian Fátima**
478 **Barbosa Marinho** questionou qual seria o papel do Conselho nessa história, já que a palavra
479 desassistência era fato pelos relatos da expositora e do Conselheiro Raul Molina. A SESAB está adiando
480 a reunião com os prestadores com a justificativa que vai reabrir a discussão, uma estratégia, porém a
481 estratégia do CES tem que ser política. Existe um problema político e não é com pessoa Raul Molina, é
482 com o CONASS e CONASEMS que, quando precisa fechar posições contra o Sistema Único de Saúde
483 na atenção primária em saúde, fecha; e agora vem com as desculpas da desassistência, podendo fechar
484 as parcerias porque política é isso. Mas é preciso ter a clareza que essas instituições estão a serviços de
485 outros interesses que não são os interesses da população. Como Conselho, politicamente tem que
486 denunciar. Infelizmente estamos “capengas” com relação às articulações com os outros Conselhos
487 Municipais de Saúde; se cada município soubesse das informações da quantidade de atendidos, quanto
488 perdeu e qual era o total de desassistência, este CES poderia fazer uma onda, o mais rápido possível, e
489 tirar com as pessoas que sabem os elementos e assim elaborar uma recomendação para todos os
490 Conselhos Municipais de Saúde fazendo um movimento, usando as redes sociais, porque o papel e

491 político. **O Conselheiro Luiz Delfino Mota Lopes** parabenizou Ana Paula colocando que a apresentação
492 esclareceu como o Estado tem se posicionado, e feito com responsabilidade seu papel com dados
493 estatísticos, mostrando como estão às distribuições no Estado da Bahia e onde precisa melhorar.
494 Solicitou aos Conselheiros que se imaginassem sem enxergar direito, porque o tratamento não está
495 acontecendo, porque o remédio não está chegando, porque a assistência foi cortada pelo Ministério da
496 Saúde. Ana Paula mostrou que existe uma luz no fim do túnel e essa situação pode ser reavaliada. Como
497 colocou o Conselheiro José Silvino que as pessoas negras são às mais afetadas e na Bahia essa
498 população é maior. Temos que mostrar ao Ministério que a população da Bahia tem uma demanda
499 maior devido à cor, frisando e mobilizando politicamente e mostrando a realidade. Não está sendo feita
500 política com medicina, e sim fazendo à medicina do cidadão, a saúde da população. São muito
501 importantes esses dados para o Conselho verificar de que forma pode criar um fórum para debater e
502 enviar ao Ministério da Saúde suas manifestações. Rever de que forma poderá interagir politicamente,
503 enquanto Conselho no sentido de cerrar fileira junto a SESAB, para que as limitações do teto sejam
504 reaberta e rediscutida. **O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio** informou que na apresentação
505 os números mostraram que a desassistência já tinha acontecido; não falou de algo que o Ministério iria
506 fazer e atingiria pessoas. Uma recomendação seria viável, porém não anularia, iria levar um tempo para
507 os Conselhos tomarem conhecimento e realizarem reuniões para emitirem as suas posições. O momento
508 exige uma atitude enérgica e uma análise fria. No corpo da discussão veio uma justificativa de que
509 houve desvio e mau uso dos recursos; existe uma negação, podendo acontecer uma discussão e as
510 pessoas dizerem que estamos defendendo que o dinheiro público vá para mão de quem está usando mal;
511 ou defender a assistência tem que ter o cuidado estratégico para não favorecer aos mercados, porque
512 muita indústria farmacêutica utiliza os usuários que necessitam para vender os medicamentos. Os dados
513 foram confirmados através das auditorias e o Conselho tem que ter uma posição profunda e enérgica na
514 ideia de garantir a assistência. Precisa reafirmar na reunião do Ministério do dia 26/01/2018, que o
515 Conselho não aceitará a desassistência a população. Na reunião que aconteceu no Ministério Público o
516 Conselho Municipal de Saúde de Salvador participou da discussão e foram colocadas todas as análises
517 do que poderá acontecer. O Conselho disse que já tinha discutido e o Secretário da Saúde informou que
518 não irá criar desassistência, porque compreendia que ao não atender os novos casos não seria
519 desassistência. Os entes ficaram calados e o Conselho informou que iria fazer a discussão, precisava ver
520 a profundidade da discussão e o ato tinha que ser baseado encima de uma leitura geral do processo. A
521 questão do mau uso do recurso o Ministério pode utilizar para derrubar qualquer coisa, informando que
522 cortou o que estava sendo jogado teoricamente pelo ralo. Poderia utilizar a proposta feita pela
523 Conselheira Lilian Marinho em fazer uma denúncia pública da desassistência e apoiar que aconteça
524 auditoria com todos prestadores com a participação do Conselho e passar uma orientação para os
525 municípios, informando que a responsabilidade da desassistência dos usuários, já que a constituição
526 garante a saúde como direito de todo e dever do Estado na tripartite, compete ao poder público, os
527 municípios serão responsabilizados. **A Conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira** informou que
528 algumas das falas que a antecedeu a deixou contemplada, porém o Conselho deve recomendar que as
529 Instituições deste país cumpram com seus papéis enquanto Instituições democráticas. É preocupante
530 quando escuta que o judiciário não cumpre seu papel, e como Instituição democrática deveria atender o
531 que a constituição determina com relação ao SUS um atendimento único para todos. A partir do
532 momento que tem assistência para um e desassistência para outros, se processa a desigualdade e fere
533 profundamente o artigo constitucional com relação ao SUS. Estamos acompanhando um Ministério que
534 está desmontando o SUS e não está atendendo aos seus princípios. Será bastante importante o
535 fortalecimento do Conselho para exigir das Instituições o seu papel correto. Não vamos abdicar do
536 nosso papel de pressionar enquanto sociedade. Não pode remeter tudo para um judiciário que hoje
537 começamos a ter certas preocupações, como exemplo, o Ministério Público esteve presente nas
538 discussões da desinstitucionalização e se retirou e ficou sem entender a retirada. Não podemos ser um
539 país de mudos, surdos e cegos; mudos a partir do momento que fomos censurados a nos calar, ter
540 ouvidos atentos para aquilo que for do interesse do povo, e não podemos ser um país de cegos. Afirmou
541 a Conselheira, dizendo que não estava se referindo só ao glaucoma. É Preciso estar com os olhos
542 abertos e entender que muitas das vezes, a cegueira não cega simplesmente só por uma questão de
543 glaucoma. Relatou que recentemente teve um problema de saúde que a afastou um pouco do Conselho,
544 porque tudo que não passa na garganta, vira sintomas no corpo inteiro; teve um problema nos olhos e
545 precisou passar por uma terapia, momentaneamente passou a ter problema de visão e não enxergar bem,

546 por não conseguir engolir o que está se passando em nosso país. **O Conselheiro Moysés Longuinho**
547 **Toniolo de Souza** registrou que há um fundamento jurídico que veda o retrocesso na garantia do direito
548 fundamental a saúde no Brasil, e estava utilizando esse fundamento contra a Emenda Constitucional 95,
549 aprovada pelo Senado, para alegar que a EC irá congelar e não retroceder a nível abaixo do que a
550 demanda necessita sobre o financiamento da saúde. O CONASEMS está aceitando e o CONASS está
551 abaixando a cabeça. Salientou que informará sempre, pois está no Conselho Nacional de Saúde vendo
552 pessoalmente todas as articulações acontecendo e que está antecipadamente informando à Bahia o que
553 irá acontecer e algumas pessoas fazem ouvido mouco; isso é que dar ter miopia política não percebendo
554 o que vai acontecer. Reforçou que a orientação da Conselheira Lilian Marinho deveria ser seguida e tirar
555 uma recomendação ou uma moção de repúdio contra essa portaria emitida. Porém poderá recomendar a
556 entrada imediata de todos os municípios afetados, porque há provas suficientes que está acontecendo um
557 retrocesso; é vedado retrocesso no financiamento. Se a SESAB está achando que o Ministro abriu a
558 discussão por ser bonzinho, estão todos enganados. O Ministro vai enrolar e muito; depois vai criar um
559 GT, enquanto isso as pessoas que têm glaucoma e estão sem receber os medicamentos em um ou dois
560 meses vão perder a visão e a SESAB e os Municípios serão os responsáveis. Cada um dos Secretários
561 Municipais de Saúde que não der o medicamento estará fechando a porta do SUS; não é porque o
562 Ministério vai deixar de dar o dinheiro, que vão parar de distribuir os medicamentos para os pacientes.
563 Estão aceitando calado um retrocesso no processo de regionalização e descentralização da saúde e voltar
564 a centralizações de que o município se permite, como Salvador, a receber a maior verba e dizer que vai
565 dar o medicamento para quem eles quiserem, e não vão aceitar pacientes novos. Estão fechando a porta
566 do SUS, se pactuarem com isso. Recomendou uma Resolução do CES utilizando todos os dados da
567 apresentação e, através das Procuradorias Gerais dos Municípios e da Procuradoria Geral do Estado dar
568 entrada no judiciário. **O Conselheiro Silvio Roberto dos Anjos e Silva** destacou que universalmente o
569 direito à Saúde é considerado um direito natural e mostra a responsabilidade do Estado, e se
570 transformou em um direito legal quando a constituinte introduziu na constituição que a saúde é de todos
571 e dever do Estado. O Ministério da Saúde estava negando a assistência; isso ficou transparecido como
572 na apresentação. No ponto de vista jurídico cabe é judicializar o Ministério Público, junto com as
573 propostas colocadas pelos Conselheiros, encaminhar um moção de repúdio, acompanhar e fiscalizar as
574 auditorias, as instituições que prestam serviços. O Conselho deve realizar um grande movimento,
575 levando em consideração o que os Conselheiros Lilian Marinho e Marcos Sampaio colocaram em
576 realizar uma ação bastante forte, denunciando essa situação. O Conselho Estadual de Saúde deve
577 cumprir sua função e fiscalizar juntamente com os Conselhos Municipais de Saúde as instituições que
578 vêm tratando a saúde de forma desonesta, através dos seus recursos. Uma coisa não anula as outras. A
579 moção de repúdio, ação jurídica e as ações de grande movimento têm que sair independentemente; se
580 cabe ou não regimentalmente do ponto de vista, como Conselheiros, tem que tratar da forma que merece
581 ser tratada. Como o Conselheiro Moysés Toniolo colocou o Ministro da Saúde não vai ter nenhuma
582 bondade com a saúde, principalmente a Bahia que é um Estado que vem se colocando contra a essa
583 situação no nível do Governo Federal. No dia 24/01/2018, os juízes e desembargadores julgaram
584 tecnicamente a leitura dos autos e já que a questão é essa vamos do ponto de vista jurídico tecnicamente
585 responsabilizar o Ministério da Saúde. **O Conselheiro Márcio Costa de Souza** informou que os cálculos
586 mostraram que as pessoas estão sendo desassistidas; saiu de 100% para 37%. Significa que de cada dez
587 pessoas, quatro estão sendo assistidas. Fala-se sempre do componente medicamentoso por causa das
588 medicalizações nas nossas vidas, porém não é utilizado só o latronoprosta. Exemplificou que sua esposa
589 foi diagnosticada com glaucoma aos 37 anos, e desde então passou a fazer ultrassonografia, retinografia
590 e tomografia. Como é uma sociedade medicalizante, atendendo os interesses das indústrias
591 farmacêuticas, pode ser que os medicamentos continuem a ser disponibilizados para enganar, achando
592 que é só isso, mas não está sendo realizado o cuidado integral. Não é somente tomar a medicação; só
593 sabe da necessidade após um conjunto de ações que são necessárias. Como mencionou a Conselheira
594 Lilian Marinho em que este debate só aconteceu porque começou a mexer no bolso da alta
595 complexidade que, normalmente encontra-se na mão dos prestadores. Se analisar, a única instituição que
596 presta serviço público de alta complexidade em oftalmologia é a UFBA, o restante das clínicas é de
597 prestadores de serviços. Se observarem os donos, vão ver que têm políticos no meio. Exemplificou que
598 conhecia um político que era dono de uma clínica que atendia glaucoma e inclusive cuidava da sua
599 esposa. Concorde que deve sair do CES uma moção e uma recomendação, e retirar um grupo para
600 acompanhar e que na próxima reunião sejam informados os encaminhamentos tomados. Comunicou que

601 a estratégia de Ricardo Barros era reduzir em 2017 por causa da EC 95, entrar como teto da redução e
602 informar que não reduziu nada. Comunicou que Ricardo Barros só ficará até abril porque será candidato
603 ao senado no seu Estado. **O Conselheiro Francisco José Souza e Silva** comunicou que sairá antes do fim
604 da reunião porque estava com um ente da família hospitalizado em estado grave. Informou que, além
605 dos encaminhamentos dados, era necessário refletir porque não ouviu ninguém falar sobre o
606 financiamento da saúde no Estado. Independente da luta para tentar alterar ou modificar a EC do
607 Governo Federal, precisa saber da responsabilidade dos entes municipal e estadual, no que irão mexer
608 no orçamento para poder cobrir. As pessoas que vão sofrer não adiantam esperar judicializar, fazer
609 moção ou recomendação independente das condições no Ministério Público. Precisa-se que, o Estado
610 com essa apresentação informe qual é a providência a ser tomada em caráter de urgência para, ao
611 menos, da parte do Estado e do Município garantir, depois cobrar a quem é de direito o que precisa ser
612 recuperado, porque será um corte muito grave. Há muito tempo debate no pleno o financiamento da
613 saúde no Estado, e o Estado a cada ano colocou um pouco a mais do mínimo constitucional na saúde;
614 não sabe se já passaram 02% dos 12% que é constitucionalmente colocado para o Estado financiar a
615 saúde. Solicitou da representação do Estado que, além das condições colocadas, qual será a providência
616 e quais os encaminhamentos a serem tomados para tentar ao menos, garantir o que está posto para os
617 usuários de saúde no Estado e Município. **A Conselheira Maria Helena Ramos Belos** destacou que a
618 apresentação mostra a realidade que os pobres e negros estão vivendo, principalmente a população que
619 vive em situação de vulnerabilidade. A cada dia se cria situações para matar, exterminar a população
620 que se encontra em situação de vulnerabilidade, principalmente população negra e pobre. Salientou que
621 no dia 24/01/2018 ficou muito triste ao ver o Presidente Lula ser condenado, por uma sociedade que não
622 quer ver o pobre, negro em situação de propor inovação e melhores condições para a população.
623 Representa neste Conselho a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB e não podia emitir
624 muitas posições, porém com relação à saúde estava vivendo uma tristeza muito grande, pois a cada dia
625 que se passa quem está com o poder na mão vai criando situações para negar o direito que o povo tem.
626 Solicitou aos Conselheiros pensarem mais nas propostas, porque o Conselho é um espaço muito
627 precioso que tem que discutir e deliberar. Relatou que quando vai ao posto de saúde no bairro do
628 Nordeste de Amaralina, onde reside ver a população e sabe que nem todos vão ser atendidos. Disse que
629 no dia que foi apresentada a política de saúde mental questionou e disseram que tem que pensar para
630 além de um SUS que venha nos atender. **O Conselheiro Raul Molina Molina Barrios** informou que no
631 momento em que coloca o Estado para fazer um relato e a pactuação é Bipartite, onde o município
632 participa, o município deve ter o mesmo direito para se colocar caso discorde com o encaminhamento
633 dado pelo Estado. Esclareceu quanto ao questionamento do Conselheiro Moysés Toniolo, que quem está
634 sendo responsabilizado é o município, porque é quem dar o direito ao acesso, e pode ser preso. Para o
635 Conselheiro Raul Molina não é preciso uma moção, mas sim referendar o que foi aprovado na CIB de
636 dezembro, e foi referendado na CIB do dia 18/01/2018, onde a política não foi aprovada. Relembrou
637 que há quatro anos, quando houve o contingenciamento da saúde, foi para rádio informar que tinham
638 doze bilhões para Bahia que era hum bilhão a menos, e nem o próprio Conselho Nacional se manifestou
639 a respeito, porque a votação foi atrelada. Comunicou que não foi Presidente do Conselho Nacional dos
640 Secretários Municipais de Saúde, porque houve um conchavo com o Ministério quando foi contrário
641 para que se votasse primeiro as contratualizações dos hospitais filantrópicos em detrimento dos públicos.
642 Os encaminhamentos dados pelos Conselheiros o contemplaram, no momento em que os Conselheiros
643 colocam que se referendam ao que foi feito. Ontem se reuniu com o seu Conselho Municipal de Saúde e
644 comunicou que estava entrando no Ministério Público para que se garanta, pois quando tira vinte e dois
645 de Salvador e coloca oito, o corte que está sendo feito para Salvador que arrecada é o mesmo corte que
646 está sendo feito para Tabocas do Brejo Velho que não arrecada nada. O que o Conselheiro Francisco
647 José colocou de qual é a contrapartida que se coloca, município grande coloca que não vai atender,
648 como Salvador e Feira de Santana, municípios que são poderosos, que arrecadam e querem ser tomados
649 da mesma forma. Solicitou a todos os Conselheiros que fizesse uma manifestação política para serem
650 tomadas as providências. **O Senhor Presidente** informou que na reunião realizada no Ministério Público
651 Estadual estiveram presentes o Conselheiro Marcos Sampaio, um Conselheiro Municipal de Saúde, dois
652 Promotores e o Secretário Municipal de Saúde de Salvador. Salientou que a fala do Conselheiro Raul
653 Molina preocupa porque os municípios informaram e os promotores junto com o Secretário Municipal
654 de Saúde de Salvador, questionaram o fato de não ter pacientes novos, o que causaria a desassistência.
655 Trouxe a discussão para levar o posicionamento do CES para a reunião, de amanhã no Ministério

656 Público. Claro que a judicialização será um mecanismo, mas como há uma mudança na política de
657 saúde, solicitou ao Presidente do CNS, um ponto de pauta emergencial para discutir no Conselho
658 Nacional de Saúde. Informou ao Conselheiro Raul Molina que a proposta colocada na reunião da CIB
659 foi para alertar os Secretários Municipais de Saúde, para que não fizessem a pactuação e levassem para
660 os Conselhos Municipais de Saúde a discussão, porque a mudança da política de saúde precisa ser
661 discutida no seu fórum legítimo que são os Conselhos Municipais de Saúde, Conselhos Estaduais de
662 Saúde e Conselho Nacional de Saúde. Ficou satisfeito com o debate na reunião; entendeu a preocupação
663 dos secretários, porém deixou bem claro para os secretários que o procurou no final da reunião, que os
664 Municípios serão responsabilizados pela falta da assistência e vai chegar à residência de cada um a
665 judicialização. Isso ficou acordado junto ao Ministério Público Estadual, e provavelmente na reunião do
666 dia 26/01/2018 o Ministério Público Federal estará presente. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos
667 Santos disse que o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal tomaram conhecimento
668 da situação, então questionou quais foram às medidas tomadas para corrigir a violação dos direitos, para
669 não prejudicar as pessoas que precisam dos serviços. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio
670 informou que a portaria era de novembro e foi reeditada em dezembro e que foram feitas todas as
671 defesas e na reunião no Ministério Público foram às únicas vozes em defesa dos usuários, e o Ministério
672 Público defendeu a judicialização. O COSEMS foi contrário e o Conselheiro Raul Molina colocou a
673 mesma proposta, solicitando aos municípios que não colocassem as suas digitais porque seriam
674 responsabilizados. Salientou que a primeira coisa que os secretários que estavam defendendo a
675 pactuação falaram, foi que o Conselho viu tudo passar e não fez nada; que o Conselho Nacional quando
676 aconteceu a pactuação se calou e não fez uma portaria do CNS. Perguntou ao Presidente Ronald em uma
677 reunião na SESAB para discutir o Fórum Social, qual era a posição do Conselho Nacional e o mesmo
678 informou que não tinha tomado conhecimento da situação. O posicionamento do Ministério Público foi
679 de ouvir as partes para saber qual era a estratégia que cada parte estava tomando, além de reafirmar a
680 colocação do COSEMS, o Conselho tem que ter uma posição incisiva, inclusive com processo de
681 auditoria. O Conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza salientou que o CNS não é um órgão de
682 gestão, e não tem obrigação de ter conhecimento de algo que não é da sua competência a não ser, que
683 seja provocado e que todas às vezes, que aconteceram problemas com relação ao financiamento da
684 saúde o CNS se posicionou. O Conselheiro Marcos Sampaio citou uma portaria que saiu no dia 29 de
685 dezembro e o CNS só pode se posicionar no momento que se reunir com o pleno, pois a Mesa Diretora
686 não tem o poder superior ao pleno do CNS, e todas as demandas dos Estados e Municípios que forem
687 levadas para o CNS, como queixas e denúncias serão discutidas. Se a Bahia ficar quietinha e não
688 mandar nada como denúncia formalizada, o CNS não vai poder parar para avaliar os atos normativos do
689 Ministério da Saúde, só vai incidir e tomar posicionamento no que for confrontado em caráter oficial. O
690 Senhor Presidente informou que em nenhum momento fez qualquer tipo de crítica ao CNS e isso está
691 registrado no áudio. Entende que o CNS tem o mesmo desgaste como vários Conselhos Estaduais e
692 Municipais e que sabe das dificuldades que o CNS está tendo e tem ciência quais são as estratégias que
693 o Ministério da Saúde está tomando. Registrou em ata que em nenhum momento o Presidente do
694 CES/Ba, que foi convocado através de um telefonema, pelo Ministério Público Estadual, realizou
695 críticas ao Conselho Nacional de Saúde, até porque todos os entes foram pegos de surpresa com uma
696 portaria editada no dia 28 de dezembro. Esclareceu ao Conselheiro José Silvino que o Ministério
697 Público convidou o CES para ser ouvido, e deixou claro que não adiantava trazer os Conselhos
698 Municipais de Saúde, os Secretários Municipais de Saúde, já que a Gestão Estadual, o COSEMS que
699 representa os quatrocentos e dezessete municípios e Ministério Público Federal não estavam presentes.
700 Foi agendada uma reunião para o dia 26/01/2018, às 09h no Ministério Público Estadual com a presença
701 de todos os entes. Conversou com Presidente do CNS Ronald antes da audiência com o Secretário, que
702 precisava pautar em caráter emergencial a discussão da política de glaucoma que foi alterada e não
703 passou pelo CES. A colocação do Conselheiro Marcos Sampaio foi que na reunião da CIB alguns
704 Secretários Municipais de Saúde jogaram a responsabilidade no CNS e está gravado; solicitou uma
705 questão de ordem e Cássio Garcia pediu para não falar para não tumultuar, inclusive foi até criticado por
706 um secretário que falou que não era reunião do CES, porém se posicionou falando em defesa do CNS,
707 CES e dos CMSs, alertando a todos os Secretários que eles seriam responsabilizados pela pactuação e a
708 justiça iria bater nas suas portas, porque a população iria ficar desassistida. Comprometeu-se em enviar
709 a todos os Conselheiros a Ata da reunião da CIB porque foi esse o posicionamento do CES. O
710 Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio por questão de ordem esclareceu que não criticou o

711 CNS, apenas relatou o que os Secretários Municipais falaram e em uma oportunidade perguntou ao
712 Presidente do CNS qual foi o posicionamento do CNS, que respondeu que ainda não tinha se debruçado
713 sobre a matéria; então o Presidente Ricardo Mendonça informou que iria solicitar que o CNS pautasse
714 em caráter emergencial. Solicitou que este esclarecimento fosse registrado em ata porque depois o que
715 vale o que está escrito, e não o que foi debatido. **O Senhor Presidente** passou a palavra para Dra. Ana
716 Paula para responder à pergunta feita pelo Conselheiro Francisco José com relação ao financiamento do
717 Estado para não ocorrer à desassistência. **A Senhora Ana Paula** informou que o Estado vem se
718 preocupando com a desassistência, porém não tem condição de assumir trinta e sete milhões de prejuízo
719 que o Ministério da Saúde deixou. O Estado irá se juntar com o COSEMS e o Conselho Estadual de
720 Saúde para cobrar ao Ministério da Saúde o ressarcimento aos cofres Públicos Estaduais, porque não
721 vem cumprindo com seus compromissos; há quatro serviços de TRE sem habilitação há mais de dois
722 anos, mais de trinta leitos de UTI abertos com o financiamento do Estado e as UPAs e CAPS
723 funcionando sem a contrapartida do Ministério da Saúde. O Estado vai brigar em todas as instâncias
724 para que o Ministério da Saúde repasse o que é de direito, e caso aconteça uma auditoria e identifique
725 que existem desvios de recursos que os culpados sejam punidos. Nem a assistência farmacêutica que é
726 um componente de dispensação de medicamento, que garante o tratamento do Estado tem condições de
727 fazer, porque depende de uma logística para dispensação dos medicamentos. Teria de montar ponto de
728 atenção em todas as regiões de saúde para distribuição dos colírios, já que na apresentação mostra que
729 todos os municípios e todas as regiões têm pacientes em tratamento. Então o Estado vai buscar junto ao
730 Ministério que pague essa conta que é um valor que vinha sendo reembolsado, e a união já tinha no seu
731 orçamento o recurso comprometido. O Estado não tem no seu planejamento como absorver o
732 déficit de trinta e sete milhões. Quanto à colocação da Conselheira Lilian Marinho esclareceu
733 que alguns estudos estão sendo concluídos e já foram identificados que cento e setenta mil
734 pacientes tiveram qualquer tipo de atendimento com tratamento, ou seja, quando fala
735 atendimento é que o paciente realizou a consulta ou fez o acompanhamento do Glaucoma. O
736 tratamento é quando houve em algum momento dispensação de qualquer tipo de colírio para os
737 pacientes. Registra hoje cento e setenta mil, e o filtro que está sendo feito é que destes cento e
738 setenta mil pacientes quantos tinham tratamento regular, já que o tratamento se dar quatro
739 vezes no ano, a cada trimestre o paciente tem que voltar ao serviço para pegar o colírio. Dos
740 cento e setenta mil, foram constatados que quarenta e três mil estão no município de Salvador.
741 Deste quantitativo quantos pacientes efetivamente estavam em tratamento regular? É a partir
742 daí que vem a preocupação com este paciente já que ele estava buscando regulamente os seus
743 colírios e tinha a necessidade de continuar seu tratamento; não que os demais não tenham, mas
744 se houve interrupção do tratamento significa que foi prejudicado o tratamento de alguma forma.
745 **A Conselheira Lilian Fátima Barbosa Marinho** destacou que o Conselheiro Francisco José
746 pontuou algo interessante, que vem diminuindo a participação do Estado com relação ao que é
747 previsto constitucionalmente. O momento é grave; não pode esperar porque a desassistência se
748 instalou a cento e setenta mil pessoas, sendo regular ou irregular significa que é desassistência
749 Federal, Estadual e Municipal, por razões diversas. **O Conselheiro Francisco José Sousa e Silva**
750 informou que a mesa respondeu, mas em meio à discussão e participação na reunião da CIB, a
751 mesa do Conselho deveria ter a capacidade de chegar a um denominador comum, porque se for
752 esperar judicializar ou esperar o Ministério pagar o que deve, muita gente vai ficar cega. A
753 população do Estado da Bahia não merece pagar por uma questão que está sendo extremamente
754 política e muito mal resolvida. Reforçou a fala da Conselheira Lilian Marinho da ausência do
755 Secretário da Saúde na reunião, apesar da representação. Salientou que o COSEMS e a SESAB
756 deveriam realizar uma discussão com a participação da Mesa do Conselho e trazer para o pleno
757 uma resposta menos impactante, porque a resposta da representante do Estado para quem
758 representa a sociedade civil no Estado da Bahia é muito grave. **O Conselheiro José Silvino**
759 **Gonçalves dos Santos** colocou que o dinheiro que seria disponibilizado ao Estado da Bahia,
760 mais da metade ficaria em Salvador. Solicitou a Dra. Ana Paula encaminhar para o CES
761 socializar com os Conselheiros quantas pessoas estão sendo assistidas, já que Salvador decidiu
762 que não atenderá pacientes novos e as pessoas que têm glaucoma e não foram diagnosticadas,

763 vão ficar cegas. Se Salvador recebia vinte e dois milhões, passou a receber oito milhões,
764 perguntou quantas pessoas eram assistidas com os vinte e dois milhões, quantas pessoas serão
765 assistidas com oito milhões. **A Senhora Ana Paula** relatou que segundo o Secretário de Saúde
766 de Salvador nenhum paciente em tratamento será desassistido. O período que o Ministério
767 analisou corresponde a quarenta e três mil pessoas que em algum momento tiveram o colírio
768 dispensado em Salvador. Caso pergunte se corresponde ao número de pacientes que estão em
769 atendimento, provavelmente não. Como foi dito, foram pacientes que tiveram acesso ao colírio,
770 mas não estão em tratamento regular. Estava realizando um filtro dessas quarenta e três mil
771 pessoas que em algum momento tiveram a dispensação do colírio, quantas realizam o
772 tratamento trimestral, para confrontar com os números do município de Salvador, que tem um
773 número menor que os quarenta e três mil. Os quarenta e três mil é um número total de pessoas
774 que em algum momento tiveram o tratamento garantido. Colocou que assim que os números
775 forem apurados serão socializados com os Conselheiros para todos terem conhecimento dos
776 números de pacientes em tratamento regular por município de toda Bahia. **O Senhor Presidente**
777 colocou para deliberação dos Conselheiros e foi aprovado por unanimidade encaminhar um
778 documento para o Presidente do CNS baseado na apresentação, solicitando que o mesmo pautasse
779 em caráter emergencial, a discussão da política de glaucoma. Encaminhar para todos os
780 Conselhos Municipais de Saúde uma resolução baseada na apresentação, solicitando que sejam
781 discutidas a desassistência dos pacientes, a falta de recursos, e qual o posicionamento das
782 Secretarias Municipais de Saúde para atender as necessidades dos pacientes. Deliberação
783 aprovada. A resolução será elaborada e encaminhada aos Conselheiros para ser feita qualquer
784 tipo de alteração e contribuição, e após as assinaturas do Presidente do CES e do Secretário da
785 Saúde, será encaminhada em até sete dias para o CMS. **O Conselheiro Raul Molina Molina**
786 **Barrios** solicitou que seja colocada também a discussão do descumprimento da EC 95, sobre a
787 redução. **O Conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza** enfatizou que uma resolução
788 pode não resolver. Qualquer resolução elaborada pelo CES vai afetar todos quatrocentos e
789 dezessete municípios da Bahia, porém não vai afetar uma portaria do Ministério da Saúde. Se
790 vai se manifestar junto ao Ministério da Saúde sobre a portaria deve ser uma moção, não cabe
791 resolução porque não vai resolver nada nesse âmbito. **O Senhor Presidente** informou que estava
792 colocando os encaminhamentos em bloco por esse motivo; uma coisa era o posicionamento de
793 esclarecimento do CES orientando os municípios. Salientou que a portaria será citada, bem
794 como a lei orgânica e toda a legislação do SUS, e esse documento tem que ir como resolução
795 por conta das auditorias. Tem que sair uma determinação do CES através de uma resolução
796 orientando, porque tem municípios como o de Salvador que realiza auditoria. **O Conselheiro**
797 **Marcos Antônio Almeida Sampaio** colaborou com a fala do Conselheiro Moysés Toniolo
798 informando que a resolução deve dar ciência aos CMSs do que está acontecendo no Brasil; dar
799 ciência do posicionamento do CES para quando o CMS for realizar o debate, tomar a decisão
800 conhecendo o posicionamento do Conselho que é contrário aos cortes de recursos, divulgar que
801 o CES está solicitando a revogação da portaria e divulgar a necessidade de acontecer auditorias
802 nos prestadores e no quantitativo de usuários e orientar dentro da própria resolução que os
803 Conselhos Municipais se posicionem. **O Senhor Presidente** colocou para aprovação a proposta
804 da resolução com as considerações do Presidente e com as considerações dos Conselheiros que
805 foi aprovada, com abstenção da Conselheira Lilian Marinho. Colocou para aprovação
806 encaminhar uma Moção ao Ministério da Saúde, CONASEMS e CONASS, informando que o
807 CES repudia a portaria 3.011/2017. Proposta aprovada, com 01 abstenção. Colocou também
808 para aprovação encaminhar para todos os órgãos de controle, o posicionamento do CES
809 repudiando a portaria do dia 28 dezembro 2017, alterando a Política de Glaucoma que foi
810 aprovada por unanimidade. Em seguida agradeceu a Ana Paula pela apresentação, e lembrou
811 que a reunião não iniciou no horário e tinha uma pauta extensa como os informes sobre o
812 carnaval, as Qualificações para a Saúde /SUS - Apresentação da Pós de Direito Sanitário, Febre

813 Amarela e informe sobre o Projeto da Comissão de Educação Permanente. Solicitou
814 autorização do Conselheiro Márcio Souza Coordenador da Comissão de Educação Permanente
815 para retirar de pauta e colocar na próxima reunião, o mesmo concordou. Salientou que a febre
816 amarela não era deliberativa daria 10 minutos para os técnicos darem os informes. Quanto à
817 questão do carnaval ficaria para próxima reunião e daria 10 minutos a Dr. Tiago para fazer os
818 informes sobre a educação. Registrou a presença de Patrícia Dantas da Escola de Formação
819 Técnica em Saúde Prof. Jorge Novis, Andréia Gomes da Escola de Saúde Pública, Luiza
820 Campelo Secretária Executiva do COSEMS e Dr. Clécio Advogado do COSEMS. **A Senhora**
821 **Maria Aparecida Araújo Figueiredo** apresentou os informes sobre a Febre Amarela, que foram
822 encaminhados a todos os (as) conselheiros (as). **O Conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de**
823 **Souza** perguntou quais eram os encaminhamentos que seriam dados no período de três meses
824 para acompanhar os casos. Sugeriu que Maria Aparecida solicitasse ajuda a Assessoria de
825 Comunicação da SESAB (ASCOM), na realização da comunicação para não ter terrorismos,
826 porque as informações, às vezes, saem de forma enviesada podendo colocar a população para
827 sair correndo ou, até mesmo, tomar uma atitude contra o assentamento; uma forma de preservar
828 as pessoas que estavam em tratamento por conta da infecção que tiveram. Precisa comunicar às
829 pessoas dos riscos. A campanha vai ajudar, porém tem que intensificar as ações de
830 comunicação. **A Senhora Maria Aparecida Araújo Figueiredo** informou que era realizado um
831 trabalho nas casas de borrifação intradomiciliar e peridomiciliar e o acompanhamento da
832 lâmina de verificação de cura. **O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio** perguntou se
833 as unidades da Bahia foram orientadas a não descartar os casos, já que a maioria dos sintomas é
834 parecido com o da febre amarela, dengue, as doenças transmitidas pelo mosquito. Salientou que
835 precisa voltar à campanha de combate aos mosquitos, e orientar as pessoas que não é o macaco
836 que transmite a doença no caso da febre amarela. Solicitou informação sobre o posicionamento
837 da Bahia na vacinação fracionada. **A Senhora Maria Aparecida Araújo Figueiredo** informou
838 que a vacinação irá funcionar em oito municípios durante o período da campanha. Colocou que
839 o mosquito da malária não pode eliminar de jeito nenhum, por ser um mosquito silvestre. A
840 borrifação é feita para abaixar a densidade vetorial enquanto existir pessoas positivas que
841 podem transmitir, porém a malária tem que correr para tratar a pessoa e quebrar a cadeia de
842 transmissão da doença. Comunicou que terá na terça-feira uma WEB sobre malária, porque não
843 é comum em programações de capacitação. A doença quando não acontece durante um período
844 do ano, os profissionais esquecem e o paciente vai e volta com o diagnóstico tardio,
845 principalmente da malária. Sobre a febre amarela acontece das pessoas acharem que é dengue e
846 ficam indo e voltando. Apesar da malária não ser uma virose, ela dar febre e dor no corpo,
847 quando existe a suspeita procurar investigar para não perder o caso. **O Conselheiro José**
848 **Vasconcelos de Freitas** relatou ter visto na televisão informações com relação à febre amarela
849 que, pessoas a partir de sessenta anos não podem vacinar e transplantado também não. Porém
850 sempre viaja para ilha nas férias de final de ano e fica sujeito tomar uma picada de mosquito.
851 Disse ter compartilhado um vídeo com os Conselheiros aonde mostra a propriedade do vick
852 para as pessoas que não podem tomar vacina, realizar a aplicação diária no corpo e deixar uma
853 latinha aberta dentro de casa; fez o teste e não teve nenhum mosquito dentro de casa.
854 Perguntou à senhora Maria Aparecida se ela tinha conhecimento. **A Senhora Maria Aparecida**
855 **Araújo Figueiredo** informou que estava representado o Estado e mesmo se tivesse
856 conhecimento só poderia falar se funcionava mesmo baseado em estudos. Mesmo que o
857 Conselheiro tenha feito em casa e deu certo, não pode adotar como uma medida de proteção
858 individual. No caso do idoso, ele pode tomar a vacina, porém precisa de uma prescrição médica
859 por conta das morbidades e do risco benéfico. Se o idoso mora em uma área que não tem
860 indicação de vacina e não sai muito, não há necessidade dele se expor a uma vacina de vírus
861 vivos. Mas se morar em uma área de risco será acompanhado e terá que tomar a vacina. No
862 caso do senhor Conselheiro José Vasconcelos serão medidas de proteção individual, repelente e

863 evitar ir para área de mata, principalmente no final da tarde e ao amanhecer. **O Conselheiro**
864 **Silvio Roberto dos Anjos e Silva** pontuou que as doenças causadas pelo mosquito têm relação
865 direta com o meio ambiente, perguntou se vigilância estava se articulando com os outros órgãos
866 que tratam do ambiente, citando como exemplo a Coordenação de Vigilância de Saúde
867 Ambiental - COVIAN, da Secretaria da Saúde, e os órgãos de Saúde Ambiental Estadual e
868 Federal. **A Conselheira Lilian Fátima Barbosa Marinho** perguntou a Senhora Maria Aparecida
869 como o surto foi localizado com as medidas adotadas, se pode dizer que o surto será
870 controlado. **A Senhora Maria Aparecida Araújo Figueiredo** respondeu a Conselheira Lilian
871 Marinho que o surto seria controlado e por ser uma comunidade isolada isso já facilita.
872 Inclusive tem realizado um trabalho em educação e saúde por conta do processo migratório, pra
873 ele se conscientizar, se precisar sair, quais as orientações que têm, e para ir para aquela área,
874 aquelas pessoas que vão trabalhar ou tem parentesco no local tem treinamento específico. Com
875 relação ao meio ambiente, vem trabalhando com a SUVISA e o INEMA na questão da
876 esquistossomose. No caso da malária o pessoal do INEMA ainda não participou, por ser uma
877 questão muito recente e está com uma demanda muito grande para pouco espaço de tempo.
878 Existem os cuidados ambientais padronizados pelos programas. Não pode borrifar na mata, só
879 no domicílio e no peridomicílio, porque tem que baixar a densidade vetorial daqueles locais. **O**
880 **Senhor Presidente** agradeceu a Senhora Maria Aparecida Araújo Figueiredo pela apresentação
881 e passou para o Conselheiro Moysés Toniolo fazer seu encaminhamento. **O Conselheiro**
882 **Moysés Longuinho Toniolo de Souza** solicitou à Mesa Diretora do CES encaminhar aos
883 Conselheiros a apresentação do plano do carnaval 2018, porque não havia tempo hábil para
884 tratar deste assunto antes do carnaval. Comunicou que acontecerá o Fórum Social Mundial
885 onde irão ter demandadas, ações antecedendo, e o plano do carnaval seria tratado. **Dr. Thiago**
886 **Campos** informou que veio a reunião a pedido de alguns Conselheiros para apresentar um
887 projeto que deve acontecer na Bahia em 2018, que é o I Curso do Instituto do Direito Sanitário
888 de Capinas, junto com a Universidade Federal de São Carlos que é a especialização do Direito
889 Sanitário. Como é formado na cadeira de direito fica muito ressentido de não ter um espaço de
890 estudo dentro da grade de direito sobre o Direito à Saúde. Quando muito são cinquenta minutos
891 de aulas dentro da disciplina de Direito Constitucional para tratar sobre o capítulo do Direito à
892 Saúde na Constituição Federal. Passou há pouco tempo no Sistema Único de Saúde por uma
893 consolidação das portarias do Ministério que é a soma dos artigos das portarias que foram
894 consolidadas; elas são mais do dobro de todas as codificações normativas existentes no Brasil.
895 Imaginar que alguém pode ser apto a definir qual a medida judicial ou qual é providência
896 jurídica possível numa situação em que o gestor da política resolve alterar sem passar no
897 Conselho, ou quando são debatidas outras questões que, muitas vezes não têm solução. Ouviu
898 no debate que o judiciário ainda era a esperança ou não. Imaginar que esse debate qualificado
899 só se dará quando tiver uma formação adequada, imaginar que os juízes, assim como os
900 promotores, os advogados e os procuradores, saem do mesmo banco da faculdade de direito
901 sem nenhuma preparação para lidar com a especificidade do Sistema Único de Saúde. Como
902 perguntar ao procurador se deve ou não fazer licitação para contratar um prestador de serviço,
903 quando o prestador de serviço foi previamente habilitado pelo Ministério da Saúde, sendo que é
904 o único existente. Como Vice-Presidente do Instituto de Direito Sanitário Aplicado - IDISA
905 estava fazendo um esforço junto à Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR para
906 descentralizar o curso que já estava na sexta turma em Capinas e trazer para a Bahia um curso
907 presencial. Estava tentando viabilizar com vários espaços, como a SESAB, Procuradoria Geral
908 do Estado, as Procuradorias Municipais o financiamento para o curso. Caso o financiamento
909 não venha a acontecer, irá ao mercado para realizar independente do financiamento; será
910 mediante o pagamento dos alunos diretamente. Trouxe esse assunto porque era importante o
911 Conselho tomar conhecimento e apoiar o curso, fomentando o debate e estimulando a adesão
912 das pessoas ao processo de formação. Salientou que o processo de casamento da parte

913 burocrática da gestão da saúde e o direito a saúde tem que ser feito de uma forma qualificada.
 914 **A Conselheira Maria Conceição Passidomo** perguntou sobre a possibilidade de fazer o curso à
 915 distância. **Dr. Thiago Campos** respondeu que a ideia do curso presencial tinha o sentido de
 916 pegar a primeira turma e fazer de possíveis instrutores para as turmas subseqüentes e ter
 917 amplitude para atingir o interior. A ideia também é definir os encontros mensais, sendo que os
 918 encontros serão quinta à noite, sexta e sábado, para viabilizar o interesse daqueles que residem
 919 no interior a participar. **O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio** registrou que estava
 920 diante de uma pessoa que tem uma importância muito grande na defesa do SUS. Enfatizou que
 921 Thiago chegou no STF e fez uma defesa contra a EC 83, reafirmando para população negra que
 922 é possível realizar o debate. Cabe ao Conselho Estadual ver no que pode colaborar e verificar
 923 como a SESAB, PGE ou qualquer instituição que esteja ao alcance, a possibilidade do diálogo
 924 para o curso acontecer. Além de Thiago ser um jovem advogado estava se dedicando a uma
 925 área que dentro da faculdade é renegada; a questão do direito à saúde. Quando se discute o
 926 direito à saúde na Faculdade é no sentido de judicializar para ganhar o dinheiro, não no sentido
 927 de judicializar para garantir o direito da população. Salientou que o CES precisa de advogados
 928 ao seu lado que tenha a compreensão do controle social. **O Senhor Presidente** informou que
 929 esteve no STF e elogiou Dr. Thiago Campos presencialmente pela fala, pela narrativa no pouco
 930 tempo da história do SUS e defesa integral do direito a saúde; a fala sensibilizou a todos que
 931 estavam na plateia. Solicitou a Comissão de Educação Permanente se reunir com Dr. Thiago
 932 Campos e dialogar a forma de fomentar o curso, lembrando que o Conselho é o espaço onde
 933 tem que ser feita a capacitação quando se discute saúde. **Dr. Thiago Campos** agradeceu o apoio
 934 e informou que estava à disposição e disse ter ficado satisfeito em acompanhar o debate no
 935 CES, das discussões da política, mudança da política, vedação ao retrocesso social, das
 936 discussões dos aspectos que estavam na nossa constituição e a reafirmação dos valores.
 937 Afirmou estar muito feliz, agradecendo pela oportunidade. **O Senhor Presidente** agradeceu a
 938 presença de todos Conselheiros, declarou encerrada a sessão. Não havendo mais o que tratar,
 939 eu, Arão Capinam de Oliveira, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente
 940 do CES e pelos senhores Conselheiros, após lida e aprovada.

941

942 Salvador, 25 de janeiro de 2018

943

944 **Ricardo Luiz Dias Mendonça** _____945 Entidades Congregadas em Centrais e Federações de Trabalhadores Urbanos e Rurais, Exceto
946 entidades da área de Saúde CUT – Central Única dos Trabalhadores.

947

948 **Cássio André Garcia** _____

949 SESAB – Secretaria Estadual de Saúde

950

951 **Raul Moreira Molina Barrios** _____

952 COSEMS – Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde

953

954 **Doriades Alves Almeida Souza** _____955 FESF /BA – Federação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas
956 do Estado da Bahia.

957

958 **Márcio Costa de Souza** _____

959 Universidade Estadual da Bahia – UNEB

960

961 **Paulo Sérgio Pereira Costa** _____

962 BAHIAFARMA

- 963 **Edson Morais de Oliveira** _____
 964 SINDACS/BA - Sindicato de Agente Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às
 965 Endemias da Bahia.
 966
- 967 **Célia Maria Alexandria de Oliveira** _____
 968 Entidades Congregadas em Sindicatos e Federações SINDPREV – Sindicato dos Trabalhadores
 969 Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social do Estado da Bahia –
 970 SINDPREV
 971
- 972 **Marleide Castro dos Santos** _____
 973 Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado da Bahia - SASB
 974
- 975 **Silvio Roberto dos Anjos e Silva** _____
 976 Entidades Congregadas em Sindicatos e Federações SINDSAUDE -BA – Sindicato dos
 977 Trabalhadores em Saúde do Estado da Bahia
 978
- 979 **Waldir Cerqueira dos Santos** _____
 980 Sindicatos dos Trabalhadores em Santas Casas, Entidades Filantrópicas, Beneficentes e
 981 Religiosas e Em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado da Bahia – SINDISAÚDE
 982
- 983 **Eliane Araújo Simões** _____
 984 Conselho Regional de Farmácia do Estado da Bahia - CRF
 985
- 986 **Valdete Francisca da Silva** _____
 987 Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas da Previdência Federal na Bahia / Casa
 988 do Aposentado e Pensionista - ASAP/CAP
 989
- 990 **Maria da Conceição Sanches Passidomo** _____
 991 Conselho Regional de Odontologia - COBRA
 992
- 993 **Maria Ângela da Mata Santos** _____
 994 Fórum de Entidades de Patologias – CEAPLER – Centro de Estudo, Prevenção e Apoio aos
 995 Portadores de LER/DORT
 996
- 997 **Moysés Longuinho Toniolo de Souza** _____
 998 Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS -RNP
 999
- 1000 **Rosa Beatriz Graça Marinho** _____
 1001 Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS -GAPA
 1002
- 1003 **Lourani Maria Carneiro Santos** _____
 1004 Núcleo Assistencial Para Pessoas com Câncer
 1005
- 1006 **José Vasconcelos de Freitas** _____
 1007 Fórum de Entidades de Patologias Associação de Defesa dos Pacientes Crônicos Renais do
 1008 Estado da Bahia
 1009
- 1010 **Francisco José Souza e Silva** _____
 1011 Entidades Congregadas em Centrais e Federações de Trabalhadores Urbanos e Rurais, Exceto
 1012 entidades da área de Saúde CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

- 1013 **João da Cruz de Souza Santos** _____
 1014 Entidades Congregadas em Centrais e Federações de Trabalhadores Urbanos e Rurais, Exceto
 1015 entidades da área de Saúde Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia-
 1016 FETAG-BA
 1017
- 1018 **Lázaro Ribeiro de Souza** _____
 1019 Central Única dos Trabalhadores – CUT
 1020
- 1021 **Maria Luiza Costa Câmara** _____
 1022 Representantes Estaduais do Fórum de Pessoas com Deficiência Associação Baiana de
 1023 Deficientes Físicos - ABADEF
 1024
- 1025 **Eduardo de Agueda Nunes Calliga** _____
 1026 Fórum de Entidades de Patologias AMEA Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e
 1027 Familiares dos Sistemas Mental do Estado da Bahia
 1028
- 1029 **Maria Helena Machado Santa Cecília** _____
 1030 Associação das Pessoas com Albinismo na Bahia – APALBA
 1031
- 1032 **Maria Helena Ramos Belos** _____
 1033 Fórum de Entidades Religiosas CNBB - Confederação Nacional de Bispos do Brasil Regional
 1034 Nordeste 3 Bahia e Sergipe
 1035
- 1036 **Vera Lúcia Gonçalves de Jesus** _____
 1037 Fórum de Entidades Religiosas CNBB - Confederação Nacional de Bispos do Brasil Regional
 1038 Nordeste 3 Bahia e Sergipe
 1039
- 1040 **Lilian Fátima Barbosa Marinho** _____
 1041 Fórum de Mulheres Organizadas em Saúde. Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos
 1042 Sexuais e Direitos Reprodutivos.
 1043
- 1044 **Gislene Villas Boas Torres** _____
 1045 Fórum dos Aposentados e/ou Pensionistas ASAPREV- Associação dos pensionistas e
 1046 Aposentados da Previdência Social da Bahia
 1047
- 1048 **José Silvino Gonçalves dos Santos** _____
 1049 Fórum de Combate à Violência CAPDEVER – Centro Afro de Promoção e Defesa da Vida
 1050 Padre Eziquiel
 1051
- 1052 **Marcos Antônio Almeida Sampaio** _____
 1053 Fórum de Entidades do Movimento anti-racista Instituto Kutala 'Nleeke
 1054
- 1055 **Rubiraci Santos de Almeida** _____
 1056 União dos Negros pela Igualdade - UNEGRO